

# Accountability em Educação

Luís Santa

*Agrupamento de Escolas de Campo Maior*

O presente texto constitui uma breve reflexão em torno da temática da *accountability* em educação. O texto tem por base o artigo do Professor Doutor Almerindo Janela Afonso “*Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável. Crítica à accountability baseada em testes estandardizados e rankings escolares*”, publicado na Revista Lusófona da Educação. Ao longo do texto serão discutidos conceitos relacionados com a avaliação e, especificamente, com a *accountability* baseada em testes/exames escolares e em *rankings* de agrupamentos de escolas ou de escolas. Terminar-se-á com a perspetiva pessoal sobre os temas em apreço.

## **Accountability**

O termo *accountability* é polissémico, podendo ser traduzido e entendido de formas diversas. No presente texto será utilizado na aceção que Afonso (2009) lhe confere, ou seja, associando-o a três dimensões autónomas, mas articuladas: a prestação de contas, a responsabilização e a avaliação, que constituem três pilares de um processo de *accountability*.

A avaliação, ao permitir a recolha, o tratamento e a análise de informações para a produção de um juízo de valor sobre uma realidade social, pode servir os processos de prestação de contas e de responsabilização. Associada à prestação de contas, isto é, à justificação e explicação do trabalho desenvolvido e dos resultados

obtidos (o quê, como, porquê, com que custos e resultados), em especial, se esta implicar prémios ou sanções, a avaliação deverá ser feita com cuidados redobrados. A avaliação deverá ser fundamentada, objetiva (tanto quanto possível), transparente, rigorosa, ajustada, prudente, sob o ponto de vista técnico-metodológico, e deverá respeitar os direitos fundamentais dos intervenientes. A responsabilização relaciona-se com a imputação de responsabilidade pelos atos praticados, podendo não se circunscrever às recompensas ou às sanções e incluir, por exemplo, a assunção autónoma de responsabilidades.

Acontece que a avaliação ou, de uma forma mais global, as questões relacionadas com *accountability*, não são inócuas às questões dos valores. Não existem sistemas tecnicamente asséticos ou politicamente neutros, portanto as questões relacionadas com estas matérias não são unicamente técnicas e metodológicas. Qualquer forma de avaliação está sujeita à definição de determinados critérios e a leituras e utilizações diversas, frequentemente pouco adequadas. Uma vez que há interesses, influenciados por relações de poder e visões políticas, que atravessam o campo da avaliação, os critérios, técnicas, metodologias, dispositivos, instrumentos e interpretações dificilmente são neutros. Perante esta realidade, emerge a necessidade de o avaliador, seja ele entidade ou indivíduo, ter consciência das

suas próprias visões, de forma a estabelecer um compromisso com a objetividade.

Saliente-se que um dos atuais problemas da educação parece ser, precisamente, a falta de discussões de natureza política, na sua aceção mais abrangente. A sociedade, de uma forma geral, e a educação, em especial, necessitam de repolitizar a educação. Estes debates, ao contrário do que tem acontecido, poderiam contribuir para legitimar as políticas educativas, tornando-as mais congruentes com os objetivos que defendem. Ao nível de cada escola/agrupamento, a discussão deveria estimular uma construção verdadeiramente democrática, coletiva e participada do projeto educativo.

Do que foi explicitado, destaca-se a necessidade de existência de uma congruência entre os modelos de avaliação e *accountability* e entre os objetivos que estes perseguem e as práticas que os caracterizam. Por outro lado, os modelos de avaliação devem ser pensados de forma articulada e tendo em conta a avaliação da escola, dos professores e dos alunos. Como defende Afonso (2009), um sistema de *accountability* implica, frequentemente, uma teia complexa de relações, interdependências e reciprocidades, sendo a negociação e a construção de consensos fundamental na prática da *accountability*.

Um sistema de *accountability* pretende monitorizar determinados resultados e prever consequências quando se atingem, ou não, esses mesmos resultados. Assim, a informação é, regra geral, fundamentalmente quantitativa e os métodos de medição são estandardizados. Esta realidade está relacionada com o *Estado-avaliador* preocupado, sobremaneira, com a definição de objetivos e a quantificação dos resultados. Neste quadro, a avaliação é um instrumento de controlo das escolas e dos professores e, por vezes, de legitimação das políticas dos decisores. Apesar disto, tal como advoga Afonso (2009), um sistema de *accountability* não pode limitar-se à recolha e publicitação de informações baseadas em testes, mesmo

que estandardizados. A situação torna-se ainda mais discutível se os resultados académicos dos alunos constituírem, também, elemento essencial para a avaliação da escola e dos professores. Esta é a tendência que se tem acentuado em diferentes sistemas educativos.

No âmbito desta tendência têm surgido alguns estudos, como os da organização *FairTest*, que se debruçou sobre a situação americana durante a reforma educativa de George W. Bush, conhecida como “*No Child Left Behind Act*”. Esta reforma baseou a *accountability* nos resultados de testes estandardizados. De acordo com o estudo, o modelo mostrou insuficiências consideráveis e criou efeitos secundários indesejáveis, tais como a diminuição da equidade na educação.

### O Caso Português

Em Portugal existem exames nacionais estandardizados e provas aferidas, mas, tal como salienta Fernandes (2006), a avaliação interna realizada pelos professores tem um peso esmagadoramente superior na progressão e certificação dos alunos. Acresce que os resultados dos referidos instrumentos constituem a base para a organização de *rankings* das escolas, que, nos últimos anos, são divulgados para a opinião pública, gerando polémicas relacionadas com os seus objetivos, pertinência, efeitos e metodologias.

Entre outros aspetos, os *rankings* pressionam os professores e a escola e induzem efeitos de mercado e de *quase-mercado*. Afonso (1997) caracteriza esta situação como um “*neoliberalismo educacional mitigado*” em que as lógicas de mercado são mais discursivas do que concretas em relação a investimentos na educação escolar não estatal.

Em Portugal a *accountability* poderá ser considerada no âmbito da avaliação das escolas, avaliação do desempenho docente, exames ou provas de aferição com abrangência nacional e da que resulta da

publicação dos *rankings* nacionais de escolas, sendo que nos últimos anos têm sido enfatizadas estas duas últimas formas. Destaque-se, no entanto, que as diversas formas estão desarticuladas, não havendo, portanto, um verdadeiro sistema de *accountability* em educação.

O referido sistema poderia contribuir para que a sociedade (que se pretende genuinamente democrática) conhecesse o que se passa nas escolas. Saliente-se que um sistema de *accountability* que se baseie unicamente em testes estandardizados é redutor, tornando-se insuficiente e desadequado, tendo em conta a complexidade inerente ao sistema escolar.

Por outro lado, os resultados dos referidos testes não parecem ser utilizados na definição de políticas que esbatam as desigualdades sociais, escolares e pessoais que, frequentemente, os justificam. Mais do que se ser contra, ou inflexível, deve-se ter uma posição comedida, mas crítica, sobre as avaliações comparadas que, nos últimos tempos, tem legitimado as governações aparentemente obcecadas com os resultados de natureza quantitativa.

### Considerações Finais

As provas nacionais, além de poderem contribuir para implementar uma cultura de rigor e exigência, são fundamentais para aferir a qualidade das aprendizagens e o trabalho nas escolas, pelo que seria desejável o aumento do número de disciplinas/anos alvo de avaliação através de provas de caráter nacional.

No entanto, para que os resultados obtidos possam ser utilizados numa lógica de *accountability*, será necessária a introdução de outros elementos de avaliação e de outros fatores, de entre os quais se destacam o contexto social e o nível socioeconómico das famílias dos alunos, as habilitações dos seus pais e, idealmente, o ponto de partida dos alunos, em relação

aos conhecimentos e capacidades objeto de avaliação.

Por outro lado, a *accountability* deverá integrar e articular não só os resultados académicos dos alunos mas também a avaliação da escola e do desempenho dos seus docentes. Neste âmbito deverão ser considerados os progressos conseguidos pelas escolas, por exemplo, através dos seus processos de supervisão/autorregulação e da monitorização dos seus planos de melhoria. A superação das fragilidades e maximização das potencialidades de cada escola/agrupamento fará com que se ofereça um melhor serviço educativo.

### Bibliografia

- Afonso, A. J. (2007) O neoliberalismo educacional mitigado numa década de governação social-democrata. Um contributo sociológico para pensar a reforma educativa em Portugal (1985-1995). *Revista Portuguesa de Educação*, 10 (2), 103-137.
- Afonso, A. J. (2009). Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável. Crítica à *accountability* baseada em testes estandardizados e *rankings* escolares. *Revista Lusófona da Educação*, 13, 13-29.
- Fernandes, D. (2006). *Avaliação das Aprendizagens: Desafios às Teorias, Prática e Políticas*. Lisboa: Texto Editores.
- Nóvoa, A. (2009). Educação 2021: Para uma história do futuro. *Revista Iberoamericana de Educación*, 49, 181-189. Retirado em 20 de abril de 2011 de [http://www.ricoci.org/rie49a07\\_por.pdf](http://www.ricoci.org/rie49a07_por.pdf)